RAFEL TELES

VITÓRIA Clube tenta repetir feito de 1972, único ano em que time chegou ao Ba-Vi final precisando vencer e levou a taça; decisão já tem 27 mil rubro-negros garantidos

Tri contra estatística

Domingo, o Vitória vai precisar contrariar as estatísticas para ser tricampeão baiano. Depois de ter sido derrotado por 2 a 1 no primeiro jogo da decisão, agora o Leão é obrigado a vencer para ficar com o título, já que um empate no Barradão fará do rival Bahia campeão.

O problema para o Rubro-Negro é que apenas uma vez na história das finais entre Bahia e Vitória o time que chegou à partida decisiva com a vantagem do empate não ergueu a taça (confira no infográfico ao lado todas as vezes em que um Ba-Vi decidiu o Campeonato Baiano).

O feito aconteceu em 1972, e foi realizado pelo próprio Rubro-Negro. Na ocasião, o regulamento indicava que o Leão precisaria vencer o Bahia nas duas partidas da decisão, e assim foi feito. Com triunfos por 2 a 1 no primeiro jogo e 3 a 1 no segundo, o título ficou com o time do Barradão.

Outro número que pesa contra o Vitória é o recorte recente do clássico. Já são sete jogos sem saber o que é vencer o maior rival, sendo três deles no estádio rubro-negro.

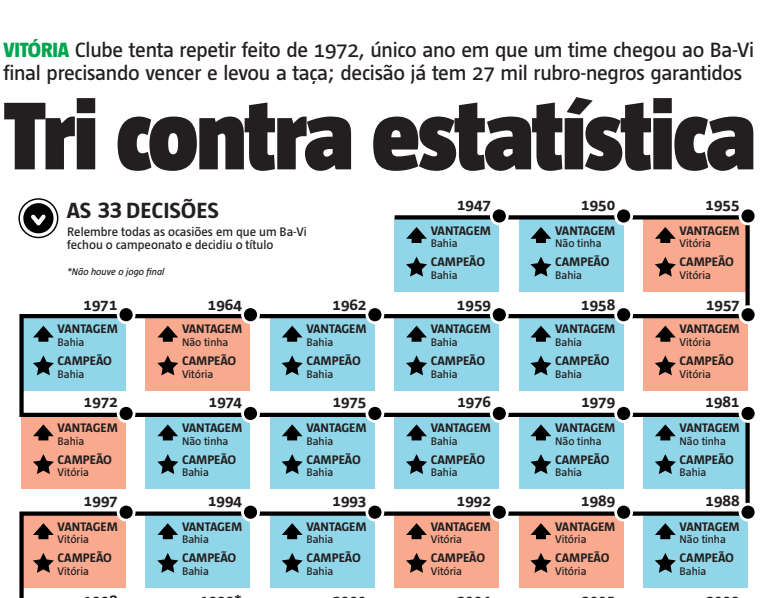
O último triunfo diante do Bahia foi há quase um ano, no dia 27 de abril, quando o Leão venceu por 2 a 1 pelo jogo de ida da semifinal da Copa do Nordeste.

Essa será a 34ª vez que as equipes decidem a competição estadual. Nessa conta entram finais e também ocasiões em que o clássico encerrou o campeonato com um contexto decisivo. Como aconteceu em 1994, quando o formato da competição abraçava um triangular final.

AS 33 DECISÕES

Relembre todas as ocasiões em que um Ba-Vi fechou o campeonato e decidiu o título

**Não houve o jogo final*



Editoria de Arte

Esperança

Como teve melhor campanha na atual edição, o Leão tem a vantagem da igualdade na soma dos resultados dos dois jogos da final.

Foi graças a esse benefício oferecido pelo regulamento que o Rubro-Negro conquistou cinco de seus 10 últimos títulos de Campeonato Baiano.

Caso vença o jogo por apenas um gol de diferença, o Leão vai repetir os anos de 2005, 2006, 2010,2011 e 2017. Nessas ocasiões, a equipe levantou o troféu após uma igualdade no placar agregado dos dois jogos da decisão.

No tribunal

Hoje, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) julga o último recurso do caso envolvendo as polêmicas do primeiro Ba-Vi de 2018.

Caso sejam absolvidos, Mancini, Kanu, Yago, Rhayner e Denílson vão poder reforçar o Leão na final. O treinador já informou que aguarda o resultado para escalar o time.

Ingressos

A última parcial de vendas divulgada pelo Vitória, na noite de ontem, contava com 27.198 ingressos garantidos. Desses, 18.398 bilhetes foram comercializados nos pontos de venda e 8.800 estão reservados para sócios do rubro-negro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ

PP 21/18. PA 80/18. Menor Preço Global. Objeto: aquisição de um veículo. Dia 18/04/18 às 9h. Informações pelo licitacao@uaua.ba.gov.br, tel 74 36731707 ou na CPL, Pç Belarmino J. Rodrigues, s/n, Centro, de 9 às 12h. Uauá/BA, 06/04/18. Max Denys Alves da Silva. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

PP SRP 16/18. Menor Preço por Lote. Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios diversos e cestas básicas. Dia 18/04/18 as 11h na Sala de Licitações desta Prefeitura. /// PP SRP 17/18. Menor Preço por Lote. Objeto: aquisição de material de limpeza e Higiene. Dia 18/04/18 às 9h na Sala de Licitações desta Prefeitura. Os interessados poderão obter o Edital no site desta prefeita pelo link: http://www.docgedsistemas.com.br/PortalMunicipio/ba/pmjoaodourado/licitacoes, informações adicionais com o Setor de Licitações, pelo telefone 74-3668-1306 ou e-mail: licitacao@joaodourado.ba.gov.br; João Dourado/BA, 06/04/18. Elton Gomes Carneiro. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA - BA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2018 - P.A 066/2018. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL, Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Material Escolar / Material de Expediente visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação para atender as Escolas e Creches do Município. Para as demais empresas interessadas em adquirir o edital reformulado, o mesmo encontra-se à disposição dos interessados na COPEL, de 2ª a 6ª feira no horário das 08:00 as 14:00 hs gratuitamente. Maiores informações através do fone: (71) 3651-8736. São Francisco do Conde, 06 de abril de 2018 - Nalinaldo Couto de Mello - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018. Registro de Preços. Aviso de Adiamento. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de natureza continua de terceirização de mão de obra de apoio administrativo abrangendo os postos contínuos Termo de Referência. O Município de São Francisco do Conde, através do Pregoeiro, torna público que em virtude das necessidades de adequações no Edital, no que se refere ao Termo de Referência e Planilha de Custos devido a diversos questionamentos e impugnações, decide por adiar o certame programado para acontecer no dia 09/04/2018, e desde já reprogramar a nova data de abertura para o dia 19 de abril de 2018, às 09:00 hs, cuja sessão acontecerá no Auditório da COPEL - Comissão Permanente de Licitação, sito à Rua Raimundo de Santana Ribeiro, 44 Centro – São Francisco do Conde – Bahia.Comunicamos as empresas já adquirentes do Edital "anterior", que o novo Edital aqui demonstrado de REFORMULADO será encaminhado via "e-mail", indicada na ficha de protocolo, constante do Processo. Para as demais empresas interessadas em adquirir o edital reformulado, o mesmo encontra-se à disposição dos interessados na COPEL, de 2ª a 6ª feira no horário das 08:00 as 14:00 hs gratuitamente. Maiores informações através do fone: (71) 3651-8736. São Francisco do Conde, 06 de abril de 2018 - Nalinaldo Couto de Mello - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPICURU-BA
AVISOS DE LICITAÇÃO

O Município de Itapicuru/BA faz saber que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial sob o nº 022/2018**, objetivando Contratação de empresa visando a prestação de serviços preventivos e corretivos, incluído o fornecimento e reposição de peças dos veículos que compõe a frota desta Prefeitura Municipal de Itapicuru. O certame será realizado no dia 17/04/2018, as 09:30.

O Município de Itapicuru/BA faz saber que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial sob o nº 023/2018**, objetivando Contratação de empresa especializada para aquisição de pneus, câmaras, protetores e afins para veículos da frota do município de Itapicuru/BA. O certame será realizado no dia 18/04/2018, as 09:30.

O Município de Itapicuru/BA faz saber que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial sob o nº 024/2018**, objetivando Contratação de empresa para aquisição de material de construção para diversas secretarias deste Município. O certame será realizado no dia 19/04/2018, as 09:30.

O Município de Itapicuru/BA faz saber que realizará licitação **Chamada Publica o nº 002/2018**, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas Municipais que ofertam a Alimentação Escolar, Município de ITAPICURU- BA. O certame será realizado no dia 26/04/2018, as 09:30. Retirada de Edital no próprio diário municipal, e demais informações pelo telefone (75) 3430-2153/2385. Aleyla Tais Vital de Santana Santos – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE

PREGÃO PRESENCIAL 031/2018- SRP A Prefeitura Municipal de Laje - Bahia, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que no dia 18 de abril de 2018 as 08:10 horas, na sua Sede, à Praça Raimundo José de Almeida, nº. 01 Centro – Laje - Bahia–CEP: 45.490-000, receberá Propostas e Habilitação visando a Contratação de empresa para aquisição de medicação para pessoas de baixa renda, através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Laje – Bahia, conforme termo de referência do Edital.Com base nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93. O edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal na sua Sede, à Praça Raimundo José de Almeida, nº. 01 Centro – Laje – Bahia – CEP: 45.490-000 e no site da Transparência http://io.org.br/ba/laje/diarioOficial – Informações à distância TEL (75) 3662-2112 das 08:00 as 14:00. Laje - BA, 22 de março de 2018, Presidente da CPL. Alla Santiago Anunciação.

PREGÃO PRESENCIAL 032/2018- SRP A Prefeitura Municipal de Laje - Bahia, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna público, que no dia 18 de abril de 2018 as 10:00 horas, na sua Sede, à Praça Raimundo José de Almeida, nº. 01 Centro – Laje - Bahia–CEP: 45.490-000, receberá Propostas e Habilitação visando a Contratação de empresa para aquisição de mesa com cadeira tamanho infantil, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Laje – Bahia.Com base nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93. O edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal na sua Sede, à Praça Raimundo José de Almeida, nº. 01 Centro – Laje – Bahia – CEP: 45.490-000 e no site da Transparência http://io.org.br/ba/laje/diarioOficial – Informações à distância TEL (75) 3662-2112 das 08:00 as 14:00. Laje - BA, 22 de março de 2018, Presidente da CPL. Alla Santiago Anunciação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018 – SRP . Tipo: Menor Preço Por Lote, **Abertura:** Dia 18 de abril de 2018, na Sede da Prefeitura, às 08h30minutos. **Objeto:** Registro de preços para eventuais aquisições de gêneros alimentícios (não perecíveis e frios) para manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Caém.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018 – SRP . Tipo: Menor Preço Por Lote, **Abertura:** Dia 18 de abril de 2018, na Sede da Prefeitura, às 11h00min, **Objeto:** Registro de preços para eventuais aquisições de peças e acessórios automotivos, para a manutenção da frota de veículos do Município de Caém, Bahia.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018 – SRP . Tipo: Menor Preço Por Lote, **Abertura:** Dia 18 de abril de 2018, na Sede da Prefeitura, às 14h00min. **Objeto:** Registro de preços para eventuais aquisições de materiais de armarinho para manutenção das atividades das secretarias municipais de Caém.

Os interessados terão acesso ao instrumento convocatório e informações adicionais no Setor de Licitações com a CPL, à Praça Desembargador Souza Dias, 13, Centro, CEP – 44.730-000, Caém - Bahia, fone (74) 3636-2012, das 8:00 às 11:30 horas.

Caém - Ba, 05 de abril de 2018.
Wecsley Miranda Vieira
Pregoeiro Oficial/Presidente da CPL.

SETRE / SUDESB

BAHIA GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 E 03/2018

TP 01/2018: Tipo: Menor Preço - Abertura: 23/04/2018 as 9h30min – Objeto: Lote I: Execução dos serviços de construção da cobertura da quadra poliesportiva nas dependências do Colégio da Polícia Militar em Dendezeiros Salvador/Ba; – Objeto: Lote II: Serviços de implantação de gramado com grama sintética no campo de futebol do Colégio da Polícia Militar em Dendezeiros Salvador/Ba. - Familia(s): 07.18.

TP 03/2018: Tipo: Menor Preço - Abertura: 25/04/2018 as 09h30min – Objeto: Contratação de empresa especializada, para execução de obras complementares na praça pública situada na Rua Mello Moraes Filho, no bairro Fazenda Grande do Retiro, em Salvador/Ba. Familia(s): 07.18.

Local das licitações: Av. Praia de Copacabana, nº 1764, Ipitanga, Lauro de Freitas /Ba. (Dentro do Centro Pan – Americano de Judô). Os editais e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail copel.sudesb@sudesb.ba.gov.br ou telefones (71) 3103-0918/0919. Salvador – BA, 05/04/2018. – Arlene Barreto – Presidente da COPEL.

SUDESB

PARQUE EÓLICO DIAMANTE III S.A.

CNPJ 21.543.994/0001-62

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (EM MILHARES DE REAIS)

CEA CONTADORES ASSOCIADOS S.A.

Balanços patrimoniais em 31/12/2017 e 2016

	Nota Explicativa	2017	2016
Ativo/Circulante		47.778	33
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.562	2
Adiantamentos a fornecedores	5	40.388	31
Impostos a recuperar		30	–
Não circulante		29.081	7.162
Partes relacionadas	6	2.200	–
Imobilizado	7	26.881	7.162
Total do ativo		76.859	7.195
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		1.926	28
Fornecedores	8	1.926	27
Obrigações tributárias		–	1
Não circulante		56.154	–
Outras obrigações		85	–
Partes relacionadas	6	10.515	–
Empréstimos e financiamentos	9	45.574	–
Patrimônio líquido		18.779	7.167
Capital social	10	19.146	7.013
Adiantamento para futuro aumento de capital		162	–
Prejuízos acumulados		(367)	(8)
Total do passivo e patrimônio líquido		76.859	7.195

Demonstrações dos resultados em 31/12/2017 e 2016

	2017	2016
Receita bruta	–	–
Deduções da receita	–	–
Receita líquida	–	–
Despesas gerais e administrativas	(270)	(5)
Outras despesas e receitas operacionais	(1)	–
Resultado operacional	(271)	(5)
Resultado financeiro	(88)	–
Resultado antes dos impostos	(359)	(5)
Imposto de renda	–	–
Contribuição social	–	–
Prejuízo do exercício	(359)	(5)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2017 e 2016

	2017	2016
Resultado do exercício	(359)	(5)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	(359)	(5)

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2017 e 2016

1. Contexto operacional: Suas atividades consistem na exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, no Parque Eólico Diamante III S.A., localizado no município de Gentio do Ouro, Estado da Bahia. É sociedade integrante do II - Certisais Eólicas Assurui II SPE S.A., que foi constituída em 17/06/2008, sendo que o objeto social é a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como participação em empreendimentos industriais e comerciais. A Cia. iniciou as obras de implantação do Parque Eólico em fevereiro de 2017, tendo como previsão para conclusão em fevereiro de 2018. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Cia. adotou as alterações na legislação societária, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, que modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Em consonância com o disposto no pronunciamento contábil CPC 13, adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Cia. estabeleceu como a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis 1º/01/2009. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Cia. prepara seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses dispositivos contábeis. A Cia. inclui na divulgação das suas demonstrações contábeis os seguintes relatórios: Balanços patrimoniais, demonstrações de resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Cia. em 09/02/2018. **3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **3.2. Resumo das principais práticas contábeis: 3.2.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **3.2.2. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Cia. use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual de ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras. Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **3.2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. **3.2.4. Clientes:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos vencidos e provisões créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. **3.2.5. Adiantamento a Fornecedores:** Adiantamentos a fornecedores são avaliados a custo e não sofrem correção de mercado. Sendo geralmente utilizados no curto prazo. **3.2.6. Imobilizado:** Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é registrada. Quando for perdido por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes. **3.2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a serem pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.2.8. Passivo circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.2.9. Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial: **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de divulgação das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativo não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Cia. contam a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.2.10. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - R2 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa. **3.2.11. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31/12/2017:** Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que podem afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa(–/+) as demonstrações contábeis da Empresa no futuro. IFRS 9 Financial Instruments: O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º/01/2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" não mais estarão sujeitos ao teste de "perda incorrida" e a reversão de perdas anteriormente reconhecidas será permitida apenas quando da venda do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes". IFRS 15 Revenues from contracts with customers: O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º/01/2018. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para multas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo. Os efeitos do IFRS 15 Revenues from contracts with customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Empresa, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

4. Caixa e equivalentes:

	2017	2016
Bancos	1	1
Aplicações financeiras	7.359	1
	7.360	2
Partes relacionadas	202	–
	7.562	2

5. Adiantamento a fornecedores:

	2017	2016
Ge Power & Water Equipamentos	40.071	–
Construtora da Nova Aliança Engenharia SPE Ltda.	189	–
Coelge Construção de Obras Elétricas Ltda.	52	–
Outros	76	31
	40.388	31

O montante relativo a adiantamento a fornecedores é referente a saldos pagos a fornecedores, para serviços que serão prestados para a Cia. O principal fornecedor, da Cia. é a GE Power & Water Equipamentos, essa empresa possui a maior parte dos contratos de fornecimento da PEND III, esses recursos serão utilizados no curto prazo para aquisição de investimentos nos parques eólicos.

6. Partes relacionadas:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
CEA II - Certisais Eólicas Assurui II SPE S.A.	2.200	–	10.515	–
	2.200	–	10.515	–

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2017 e 2016

	Capital realizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2016	7	72	(2)	77
Aumento de capital	7.012	–	–	7.012
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	90	–	90
Resultado do exercício	–	–	(6)	(6)
Saldos em 31/12/2016	7.013	162	(8)	7.167
Aumento de capital	12.133	(12.133)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	11.971	–	11.971
Resultado do exercício	–	–	(359)	(359)
Saldos em 31/12/2017	19.146	–	(367)	18.779

7. Imobilizado:

	2016	Adições	Baixas	2017
Torres anemométricas	119	–	–	119
Construções em Andamento				
Parques Eólicos	7.043	19.719	–	26.762
	7.162	19.719	–	26.881

Os saldos de construções em andamento são referentes aos investimentos efetuados nos parques eólicos e são reconhecidos pelo seu custo de formação. Como os parques estão em fase pré-operacional, não há reconhecimento de depreciação no período.

8. Fornecedores:

	2017	2016
Fornecedores nacionais	1.856	25
Fornecedores impostos	70	2
	1.926	27

9. Empréstimos e financiamentos:

				2017	2016
Instituição	Taxa	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES	TJLP + 2,75% a.a.	15/06/2034	–	45.574	–	–
			–	45.574	–	–

A Cia. contratou financiamento com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como: (i) Cumprir toda a legislação vigente aplicável ao Projeto, incluindo a Legislação Socioambiental, bem como cumprir todas as ordens emanadas de autoridades competentes, monitorando suas atividades, adotando sempre que aplicável as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos apurados; (b) Somente utilizar os recursos oriundos dos Instrumentos de Financiamento em atividades relativas ao Projeto, para as quais possuam licença e autorização ambiental, válida, vigente e eficaz, conforme exigido pela Legislação Socioambiental; (c) Contratar e manter contratados os seguros patrimoniais e de responsabilidade civil de sua obrigatoriedade, inclusive em função dos Contratos do Projeto, nas mesmas condições em que forem inicialmente emitidos; (d) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à CCEE, à ANEEL, ao MME e ao ONS, durante o período de vigência deste Contrato, adotando sempre que aplicável, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar, identificar e corrigir eventuais danos já apurados ou impactos não previstos quando da contratação do presente Contrato; (e) Não distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio ou realizar qualquer tipo de remuneração a seus acionistas até que se comprove o cumprimento de que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é igual ou superior a 1,20x com exceção das distribuições de dividendos (a) obrigatórios previstos no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, equivalentes a 25% do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nos termos dos estatutos sociais vigentes nesta data das Afiançadas, desde que não tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Hipótese de Devolução da Fiança; ou (b) em se tratando de CEA II que se tiverem recebido juros sobre o pagamento dos obrigações decorrentes dos Instrumentos de Financiamento (em qualquer caso respeitadas as disposições dos Instrumentos de Financiamento). (f) Assistir ao Projeto até 30/06/2018, sem prejuízo de poder o BNDES, ainda que depois do termo final desse prazo, ao abrigo das partes constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou negócio; (g) Preencher a "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES" e a "Conta Reserva de O&M" com os correspondentes saldos mínimos a nos prazos estipulados no **Contrato de Cessão,** bem como manter os respectivos saldos mínimos até o final da liquidação das obrigações deste Contrato. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

10. Capital social: a) CEA II - Certisais Eólicas Assurui II SPE S.A.: O capital social integralizado da Cia. é de R$ 19.146, 19.146 ações de mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo distribuído entre os acionistas, proporcionalmente à participação social, da seguinte forma:

Subscritor	Ações ON	R$ mil	% Participação
CEA II - Certisais Eólicas Assurui II SPE S.A.	19.146	19.146	100%

11. Seguros: A Cia. adota uma política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

12. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: A participação de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, à captação de empréstimos, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações contábeis, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. a) **Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos: (i) Risco de taxa de juros:** A Cia. não possui risco de exposições a taxas de juros flutuantes na data-base.

A Diretoria

Contador: André Francisco da Silva Thompson - CRC: 57401-S/BA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do **Parque Eólico Diamante III S.A.** - Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Parque Eólico Diamante III S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Parque Eólico Diamante III S.A.** em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossas auditorias foram conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **Parque Eólico Diamante III S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos contro